International Policy Centre for Inclusive Growth

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo é uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Governo do Brasil.

One pager No. 238

Dezembro, 2013

O Impacto do Bolsa Família sobre o Poder de Decisão das Mulheres

por Alan de Brauw, Daniel O. Gilligan, John Hoddinott e Shalini Roy, International Food Policy Research Institute

Em muitos Programas de Transferência Condicionada (PTCs) de renda no mundo – inclusive no Programa Bolsa Família (PBF) do Brasil – as transferências de renda são destinadas, preferencialmente, às mulheres. Esta característica foi motivada por pesquisas anteriores, que demonstraram que um controle maior dos recursos por parte das mulheres está associado a um aumento de seu poder de decisão e a maiores investimentos no capital humano e bem-estar das crianças (Quisumbing, 2003). No entanto, há poucas evidências quantitativas identificando que os PTCs com mulheres beneficiárias aumentam o poder de decisão das mulheres. Pesquisas anteriores não chegaram a um consenso sobre a questão. Além disso, elas tomam como base, em grande parte, o PTC, PROGRESA, do México, em sua primeira fase, exclusivamente implementado em áreas rurais, limitando muito a visão de como tais impactos podem ser diferentes em contextos distintos. Também é importante ressaltar que a transferência de renda para as mulheres **não garante** que o controle dos recursos por elas vá aumentar. Por exemplo, os cônjuges das mulheres – ou outros membros da família – podem assumir o controle dos recursos, uma vez que tais recursos sejam transferidos para eles. Portanto, são necessárias evidências empíricas para avaliar se os PTCs podem ser eficazes no aumento do poder de decisão das mulheres – e em que circunstâncias isto ocorre. Dados a crescente popularidade dos PTCs e o grande interesse em ampliar o empoderamento das mulheres no mundo inteiro, a questão vem se tornando cada vez mais atraente.

O Brasil encontra-se em uma situação bem interessante, a qual possibilita ao país estudar os potenciais impactos de um PTC no poder de decisão das mulheres. O Brasil tem priorizado o empoderamento das mulheres em sua política nacional. E o Bolsa Família tem mais beneficiários que qualquer outro PTC no mundo. Assim, os impactos detectados sugeririam o empoderamento de um grupo expressivo de mulheres. O PBF é uma oportunidade única de avaliar os impactos dos PTCs na tomada de decisão pelas mulheres em um contexto amplo e diversificado, que abrange tanto áreas rurais quanto urbanas e no qual o empoderamento das mulheres é um objetivo relevante.

Em um artigo recente de De Brauw et al. (2012), estimamos os impactos das transferências associadas ao Bolsa Família em diversas medidas do poder de decisão das mulheres. Para tal, usamos um rico conjunto de dados longitudinais de famílias beneficiárias e não beneficiárias do PBF, coletados em 2005 e 2009. Os resultados são medidos por várias perguntas feitas à principal entrevistada (do sexo feminino), em relação a quem, na família, de modo geral, tomou decisões sobre uma série de questões. Avaliamos os impactos do Bolsa Família sobre esses resultados apenas para as famílias chefiadas por uma parceria entre um homem e uma mulher. Visto que os benefícios do PBF não foram distribuídos aleatoriamente, usamos uma ponderação por escore de propensão (HIRANO; IMBENS; RIDDER, 2003) na construção de um grupo de comparação estatisticamente equilibrada dos não beneficiários. Os escores de propensão são gerados utilizando informações detalhadas sobre as características socioeconômicas coletadas na linha de base do estudo, combinadas com as características municipais medidas no momento da linha de base.

Concluímos, então, que o Bolsa Família aumenta o poder de decisão das mulheres em várias dimensões, mas com impactos heterogênicos. Uma constatação relevante é a de que a participação no Programa aumenta, expressivamente, a proporção de mulheres que relatam deter o controle exclusivo das decisões sobre contracepção em cerca de 10 pontos percentuais, para a amostra completa. Embora as respostas das pesquisas não nos permitam inferir se ser a tomadora da decisão sobre contracepção significa, necessariamente, decidir

usar métodos anticoncepcionais, este resultado é importante, tendo em conta a preocupação de que os PTCs que pautam suas transferências pelo número de crianças possam incentivar as famílias a terem mais filhos. E desagregando as áreas urbanas das rurais, descobrimos que os impactos referentes à tomada de decisão sobre a contracepção são ainda maiores – e mais precisamente estimados – nas áreas urbanas e que também há um aumento expressivo da voz das mulheres em diversas áreas, incluindo a frequência escolar das crianças, gastos com a saúde das crianças e compra de bens duráveis. Tal desagregação revela que todos os impactos positivos e estatisticamente significantes em nossa amostra estão concentrados em áreas urbanas. Nas áreas rurais, não encontramos impactos causais do Bolsa Família sobre o poder de decisão das mulheres. Embora o tamanho da amostra em áreas rurais seja pequeno em relação à amostra urbana, as diferenças estimadas entre os impactos transversais nas subamostras são estatisticamente significativas, sugerindo que o controle das mulheres sobre os recursos das transferências de renda direcionadas às mulheres pode se traduzir de formas muito diferentes nas áreas urbanas e nas áreas rurais.

Nossos resultados sugerem que o Bolsa Família teve impactos significativos no controle da tomada de decisões pelas mulheres em áreas urbanas. Embora os resultados representem algumas das primeiras evidências quantitativas diretas do impacto de um PTC em áreas específicas das decisões tomadas pelas mulheres, os impactos variam de acordo com local. Os resultados abrangem várias esferas de tomada de decisão, o que sugere que os impactos podem ser interpretados como uma maior equidade nas famílias, ao invés de um ônus maior para mulheres com papéis estereotípicos de gênero. Assim, estes resultados indicam que, especialmente nas áreas urbanas, ter as mulheres como titulares do benefício pode ser uma maneira eficaz de dar mais voz a elas na tomada de decisões referentes à família.

Referências:

De BRAUW, A.; GILLIGAN, D.; HODDINOTT, J.; ROY, S. "The Impact of Bolsa Familia on Women's Decision-Making Power", *World Development, forthcoming*. 2012.

HIRANO, K.; IMBENS, G.; RIDDER, G. "Efficient Estimation of Average Treatment Effects Using the Estimated Propensity Score", *Econometrica*, v. 71, n. 4, p. 1161-1189, 2003.

QUISUMBING, A.; MALUCCIO, J. "Resources at marriage and intrahousehold allocation: Evidence from Bangladesh, Ethiopia, Indonesia, and South Africa", *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, v. 65, n. 3, p. 283-327, 2003.

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar
70076-900 Brasília, DF - Brasil

E-mail: ipc@ipc-undp.org ▪ URL: www.ipc-undp.org
Telefone: +55 61 2105 5000

As opiniões expressas neste resumo são dos autores e não necessariamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou do Governo do Brasil.